

NEOPROTECIONISMO

*** Roberto Rodrigues**

Analistas importantes repetem todos os dias, pelo mundo a fora, que a atual crise nascida nos Estados Unidos é o reflexo de uma “liberalização” exagerada do sistema financeiro e que se faz necessária uma nova regulação para este setor, para que ele volte a ser um instrumento de desenvolvimento e de geração de empregos e riquezas nas empresas e nas Nações.

Não será fácil chegar a isto, e o G20, que se reunirá no próximo abril, pode bem ser o fórum para esta importante implementação.

Enquanto não se costura esta complicada regulação, os países estão se defendendo da crise montando redes de proteção. Para evitar a recessão ou o desemprego, estão colocando dinheiro para valer em bancos, empresas gigantescas e empreendimentos com vertente social. O próprio presidente Obama acaba de conseguir mais 829 bilhões de dólares do Congresso Americano para ajudar a combater a crise, protegendo setores.

É uma nova onda de protecionismo, um neoprotecionismo, que tem pelo menos duas claras derivações.

A primeira é uma “trombada” com a globalização econômica. Se barreiras e fortalezas protecionistas são erguidas, projetos de liberação comercial, como a rodada de Doha da OMC, ficam obviamente sacrificados. E até mesmo as grandes instituições multilaterais acabam perdendo protagonismo. Pode-se ver isso começando, mas não dá para saber como vai acabar.

E a segunda é ainda mais interessante: se todos os países estão se protegendo, aqueles que não o fizerem ficarão expostos a uma concorrência predatória que pode causar graves problemas a seus setores produtivos. Portanto, o neoprotecionismo acaba virando uma regra a ser seguida por todos os países.

Evidentemente, nenhum governo deve criar pânico em relação à crise, e sim mostrar à sociedade confiança de que será possível superá-la com galhardia. Mas também precisa tomar atitudes concretas na nova regra.

Neste sentido, o agronegócio brasileiro, que é competitivo, eficiente e, em condições normais não precisa de proteção – e sim apenas de isonomia em relação aos concorrentes – vive agora uma demanda de mecanismos defensivos.

A safra de grãos que começaremos a colher em poucas semanas é muito cara (por causa do aumento dos custos) e teve crédito insuficiente: com isso, os produtores reduziram a área que pretendiam plantar e usaram menos tecnologia (menos fertilizantes), de modo que a produção será menor do que se estimava. E a seca no sul quebrou ainda mais esta previsão. Ainda não sabemos o que vai acontecer com os preços, mas se a crise se tornar recessão mundial, a demanda cairá e os preços também. Isto seria trágico: safra cara, pequena e de preços baixos seria uma equação dramática, que levaria o setor rural a grande inadimplência e incapacidade de plantar safra boa este ano, a ser colhida em 2010. E isto traria inflação, déficit na balança comercial e queima de reservas.

Proteção é necessária e a política de Preços Mínimos resolveria o assunto.

Além disso, setores exportadores em grande dificuldade, como o sucroalcooleiro ou o de carnes, precisam de crédito para exportar (ACC) e capital de giro, com carência, prazo longo e juros compatíveis, para manter vivo o sistema produtivo.

Todos estes instrumentos são aceitos pela OMC e, implementados no Brasil, nos colocariam em melhor condição de competir com nossos protegidíssimos competidores.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**